

C U R S O

LAI, LGPD, OUVIDORIA E ITP

INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS DE GOVERNANÇA DA
INFORMAÇÃO, PROTEÇÃO DE DADOS, CONTROLE
SOCIAL E INDICADORES DE DESEMPENHO DAS
CÂMARAS MUNICIPAIS E PREFEITURAS



**29 E 30 DE SETEMBRO,
01 E 02 DE OUTUBRO
CURITIBA - PR**

Hotel Granville
Rua Des. Clotário Portugal, 35 - Centro

Objetivo Geral

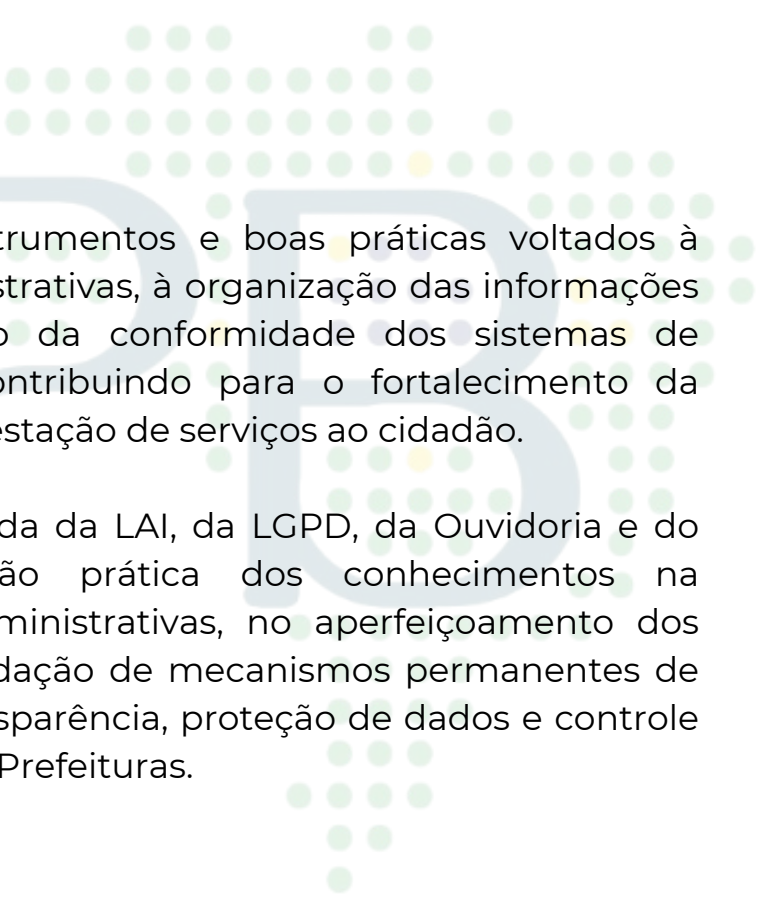
Capacitar os participantes para compreender, implementar e aperfeiçoar os procedimentos administrativos relacionados à Lei de Acesso à Informação (LAI), à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), à Ouvidoria Pública e ao Índice de Transparência Pública (ITP), promovendo a integração desses instrumentos no âmbito das Câmaras Municipais e Prefeituras.

Desenvolver conhecimentos técnicos sobre a organização da governança da informação, a gestão dos fluxos administrativos, a disponibilização das informações públicas e a proteção de dados pessoais, observando os princípios, diretrizes e procedimentos aplicáveis à Administração Pública.

Aprimorar a capacidade dos participantes para estruturar, revisar e padronizar processos administrativos voltados ao atendimento das exigências legais relacionadas à transparência pública, ao acesso à informação, à proteção de dados pessoais, ao funcionamento da Ouvidoria e ao cumprimento dos critérios do Índice de Transparência Pública.

Proporcionar conhecimentos para a organização dos Portais da Transparência, dos ambientes eletrônicos destinados à LAI, à LGPD, à Ouvidoria e aos demais sistemas institucionais, contemplando critérios de navegabilidade, acessibilidade, atualização das informações e conformidade com os requisitos legais e regulamentares.

Capacitar os participantes para identificar oportunidades de aperfeiçoamento na organização administrativa, na gestão documental, na definição de responsabilidades institucionais e na integração entre os setores responsáveis pela produção, tratamento, divulgação e disponibilização das informações públicas.



Apresentar procedimentos, instrumentos e boas práticas voltados à padronização de rotinas administrativas, à organização das informações institucionais e à manutenção da conformidade dos sistemas de governança da informação, contribuindo para o fortalecimento da eficiência administrativa e da prestação de serviços ao cidadão.

Proporcionar uma visão integrada da LAI, da LGPD, da Ouvidoria e do ITP, possibilitando a aplicação prática dos conhecimentos na organização das estruturas administrativas, no aperfeiçoamento dos processos internos e na consolidação de mecanismos permanentes de governança da informação, transparência, proteção de dados e controle social nas Câmaras Municipais e Prefeituras.

Cronograma

29/09/2026 - Terça-feira | 13:00 às 14:00

CREDENCIAMENTO DOS PARTICIPANTES

29/09/2026 - Terça-feira | 14:00 às 17:00

MÓDULO I | ARQUITETURA INSTITUCIONAL DA GOVERNANÇA DA INFORMAÇÃO PÚBLICA: INTEGRAÇÃO NORMATIVA ENTRE LAI, LGPD, OUVIDORIA E ITP

- Estrutura sistêmica da governança da informação na Administração Pública.
- Modelos de governança aplicados às Câmaras Municipais e Prefeituras.
- Integração entre publicidade administrativa, proteção de dados pessoais e controle social.
- Estruturação das competências institucionais envolvendo Controladoria, Ouvidoria, Procuradoria, Tecnologia da Informação, Comissão Permanente de Avaliação de Documentos e Encarregado pelo Tratamento de Dados.
- Políticas institucionais de governança da informação.
- Gestão integrada dos ativos informacionais.
- Mapeamento dos fluxos informacionais entre unidades administrativas.
- Estruturação de normativos internos, políticas, manuais e procedimentos operacionais.
- Gestão de riscos relacionados à informação pública.
- Governança documental como instrumento de conformidade institucional.

30/09/2026 - Quarta-feira | 08:30 às 12:00

**MÓDULO II | LAI: GOVERNANÇA DO ACESSO À INFORMAÇÃO,
GESTÃO DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS E
CONFORMIDADE COM OS ÓRGÃOS DE CONTROLE**

- Modelagem administrativa do SIC e do e-SIC.
- Estruturação dos fluxos internos de atendimento aos pedidos de acesso.
- Publicidade ativa como instrumento permanente de governança.
- Publicidade passiva e tratamento dos requerimentos.
- Critérios técnicos para classificação, reclassificação e desclassificação das informações.
- Informações pessoais, sigilos legais, informações preparatórias e hipóteses de restrição de acesso.
- Gestão dos recursos administrativos previstos na LAI.
- Auditoria dos procedimentos de atendimento.
- Indicadores de desempenho do Serviço de Informação ao Cidadão.
- Responsabilização administrativa decorrente do descumprimento da LAI.
- Integração da LAI com o Portal da Transparência e com a Ouvidoria Pública.

30/09/2026 - Quarta-feira | 14:00 às 17:00

MÓDULO III | LGPD APLICADA AO PODER PÚBLICO: GOVERNANÇA DE DADOS, GESTÃO DOS RISCOS E PROGRAMA DE CONFORMIDADE INSTITUCIONAL

- Estruturação do Programa de Governança em Proteção de Dados.
- Bases legais para o tratamento de dados pessoais pela Administração Pública.
- Inventário de dados pessoais.
- Registro das operações de tratamento.
- Mapeamento dos ciclos de vida dos dados.
- Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD).
- Gestão dos riscos envolvendo dados pessoais.
- Compartilhamento interinstitucional de dados.
- Anonimização, pseudonimização e descarte seguro das informações.
- Plano institucional de resposta a incidentes de segurança.
- Competências do Encarregado pelo Tratamento de Dados (DPO).
- Auditoria e monitoramento contínuo da conformidade com a LGPD.

01/10/2026 - Quinta-feira | 08:00 às 12:00

**MÓDULO IV | OUVIDORIA PÚBLICA COMO INSTRUMENTO
ESTRATÉGICO DE GOVERNANÇA, INTEGRIDADE INSTITUCIONAL E
CONTROLE SOCIAL**

- Estruturação organizacional da Ouvidoria.
- Modelagem dos processos de tratamento das manifestações.
- Gestão integrada de denúncias, reclamações, solicitações, elogios e sugestões.
- Critérios técnicos para admissibilidade e tratamento das manifestações.
- Produção de informações estratégicas para a alta administração.
- Integração da Ouvidoria com a Controladoria, Corregedoria, Comissão de Ética e demais unidades administrativas.
- Construção de indicadores gerenciais.
- Painéis de monitoramento da Ouvidoria.
- Gestão da qualidade dos serviços públicos baseada nas manifestações dos usuários.
- Ouvidoria como instrumento permanente de prevenção de riscos administrativos.

01/10/2026 - Quinta-feira | 14:00 às 17:00

**MÓDULO V | ITP: ADEQUAÇÃO AOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO,
MANUTENÇÃO DA CONFORMIDADE E ESTRATÉGIAS PARA
ELEVAÇÃO DO ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA**

- Estrutura dos critérios exigidos pelo Índice de Transparência Pública (ITP).
- Organização administrativa para atendimento permanente dos requisitos do ITP.
- Gestão dos conteúdos obrigatórios do Portal da Transparência.
- Procedimentos para atualização, revisão e validação das informações disponibilizadas.
- Integração entre Portal da Transparência, LAI, Ouvidoria e LGPD.
- Identificação e correção das inconsistências que comprometem a pontuação do ITP.
- Padronização dos procedimentos administrativos para manutenção da conformidade.
- Definição de responsabilidades entre as unidades administrativas envolvidas.
- Monitoramento contínuo dos critérios de avaliação e atualização das informações obrigatórias.
- Elaboração de checklists institucionais para acompanhamento permanente do ITP.
- Organização das evidências documentais para comprovação do cumprimento dos critérios avaliativos.
- Plano de ação para manutenção e elevação do Índice de Transparência Pública.

02/10/2026 - Sexta-feira | 08:00 às 10:30

**MÓDULO VI | ORGANIZAÇÃO DOS AMBIENTES DIGITAIS:
ESTRUTURAÇÃO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, LAI, LGPD,
OUVIDORIA E ITP**

- Organização da arquitetura do Portal da Transparência conforme os critérios do ITP.
- Estruturação dos menus, páginas, abas e mecanismos de navegação.
- Organização das informações de transparência ativa e dos conteúdos de divulgação obrigatória.
- Integração do Portal da Transparência com o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC/e-SIC).
- Estruturação da página institucional da Ouvidoria e dos canais eletrônicos de atendimento ao cidadão.
- Organização da página institucional da LGPD, do Encarregado pelo Tratamento de Dados (DPO) e dos canais para exercício dos direitos do titular.
- Estruturação da página da LAI, incluindo legislação, procedimentos, formulários, prazos e recursos administrativos.
- Organização dos conteúdos exigidos pelo ITP e sua distribuição nas áreas do Portal da Transparência.
- Padronização da nomenclatura, da classificação e da apresentação das informações públicas.
- Requisitos de acessibilidade, usabilidade, navegabilidade e pesquisa das informações públicas.
- Fluxos administrativos para atualização, revisão e manutenção permanente dos conteúdos publicados.
- Boas práticas para organização das informações institucionais das Câmaras Municipais e Prefeituras.

Metodologia

A metodologia será desenvolvida a partir de uma abordagem técnico-operacional, orientada pela integração entre os instrumentos de governança da informação pública, proteção de dados pessoais, transparência administrativa, controle social e conformidade institucional. Os conteúdos serão organizados de forma progressiva, possibilitando a compreensão da estrutura normativa, dos procedimentos administrativos e dos mecanismos de implementação aplicáveis às Câmaras Municipais e Prefeituras.

O desenvolvimento do curso contemplará a análise sistemática da legislação, da regulamentação infralegal, das orientações expedidas pelos órgãos de controle e das boas práticas administrativas relacionadas à Lei de Acesso à Informação (LAI), à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), à Ouvidoria Pública e ao Índice de Transparência Pública (ITP), estabelecendo a inter-relação entre esses instrumentos no contexto da governança da informação.

A programação privilegiará a análise dos procedimentos administrativos necessários à organização dos fluxos de informação, à gestão documental, à classificação e disponibilização de informações públicas, ao tratamento de dados pessoais, ao funcionamento dos canais de atendimento ao cidadão e à estruturação dos ambientes eletrônicos destinados ao cumprimento das obrigações legais e regulamentares.

Os conteúdos serão desenvolvidos mediante exame de casos concretos, situações administrativas recorrentes, estudos técnicos, orientações normativas, decisões dos Tribunais de Contas, manifestações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e demais referenciais aplicáveis à implementação, manutenção e aperfeiçoamento dos sistemas de transparência, acesso à informação, proteção de dados e governança institucional.

Serão apresentados modelos de regulamentos, políticas institucionais, atos administrativos, fluxogramas, matrizes de responsabilidades, checklists operacionais, procedimentos padronizados, manuais técnicos e instrumentos de organização administrativa destinados à estruturação das unidades responsáveis pela LAI, LGPD, Ouvidoria, Portal da Transparência e demais setores envolvidos na gestão da informação pública.

A metodologia contemplará a demonstração prática da organização dos Portais da Transparência, da estruturação dos ambientes eletrônicos destinados à LAI, à LGPD, à Ouvidoria e ao ITP, abordando critérios de navegabilidade, organização das informações, padronização de conteúdos, integração entre sistemas, definição de responsabilidades administrativas e manutenção permanente da conformidade institucional.

Ao longo do curso, os participantes terão acesso a uma metodologia voltada à padronização de procedimentos, ao aperfeiçoamento da organização administrativa e à integração entre os diversos instrumentos de governança da informação, proporcionando subsídios técnicos para a consolidação de rotinas institucionais, fortalecimento dos mecanismos de transparência, proteção de dados pessoais, atendimento ao cidadão e gestão eficiente das informações públicas no âmbito das Câmaras Municipais e Prefeituras.

Público-alvo

O curso é direcionado a prefeitos, vice-prefeitos, secretários municipais, presidentes de câmaras municipais, vereadores, diretores-gerais, diretores administrativos, diretores legislativos, procuradores jurídicos, controladores internos, ouvidores, encarregados pelo tratamento de dados pessoais (DPO), gestores da LGPD, gestores da LAI, gestores do Portal da Transparência, gestores do Índice de Transparência Pública (ITP), gestores de governança da informação, gestores de compliance público, gestores de tecnologia da informação, gestores de segurança da informação, analistas de sistemas, administradores de portais eletrônicos, coordenadores, gerentes, gestores e fiscais de contratos, agentes de contratação, pregoeiros, membros das equipes de contratação, contadores, técnicos legislativos, assessores parlamentares, assessores jurídicos, assessores de comunicação, jornalistas, auxiliares administrativos e demais servidores públicos do Poder Executivo e do Poder Legislativo que atuem nas áreas de transparência pública, acesso à informação, proteção de dados, governança da informação, controle interno, gestão documental, comunicação institucional e transformação digital.

Palestrante

Bárbara Dayana Brasil



Pós - Doutorado em Direitos Fundamentais e Democracia pelo Centro Universitário Autônomo do Brasil (UniBrasil). Doutorado em Direito Público pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FDUC/Portugal) com classificação "com distinção por unanimidade" e revalidação no Brasil pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestrado em Ciências Jurídicas pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Especialização em Direito Administrativo pelo Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar (IDRFB). Autora das obras "Direitos Humanos e Investimento Estrangeiro: perspectivas para interação", publicada pela Editora Lumen Juris e "Parcerias Público-Privadas: desafios aos direitos fundamentais e democracia", publicada pela Editora Dialética. Co-organizadora da obra "Estado, Direito Administrativo e Concretização de Direitos Fundamentais", publicada pela Editora Íthala. Atuou como docente no âmbito da graduação nas disciplinas de Direito Administrativo, Direito Constitucional, Direito Internacional Público, Direitos Humanos e Ciência Política. Atuou como docente no âmbito da pós-graduação lato sensu nas disciplinas de Compras Públicas de Inovação (PUC/PR) e Serviços Públicos, Atividade de Fomento e Parcerias Estatais (Escola Paranaense de Direito). Atuou como docente no âmbito da pós-graduação stricto sensu (mestrado) na disciplina de Tópicos Avançados de Direitos Fundamentais, Estado e Democracia: Privatização dos Direitos Fundamentais.

GESTÃO PÚBLICA BRASIL

📍 Rua Francisco Rocha, 176 - Batel - Curitiba/PR
🌐 gestaopublicabrasil.com.br

📞 (41) 9 9786-5376
✉ gestaopublicabrasilcursos@gmail.com



Área de Concentração: Direitos Fundamentais e Democracia Linha de Pesquisa: Constituição e Condições Materiais da Democracia. Membro da Academia Brasileira de Direito Internacional (ABDI). Membro do Instituto Paranaense de Direito Administrativo (IPDA). Membro do Infra Women Brasil (IWB). Advogada. Palestrante. Consultora. Tem experiência na área do Direito, com ênfase em Direito Administrativo, Direito Constitucional, Direito Municipal e Direito Internacional Público.

Currículo completo em:

<http://lattes.cnpq.br/5078600380894907>.

Investimento

R\$ 2.890,00

Local

Hotel Granville

Rua Des. Clotário Portugal, 35 - Centro
Curitiba - PR

Incluso neste curso:

- Curso presencial, com carga horária de 20 horas
- Apostila
- Material prático impresso
- Kit aluno
- Coffee break
- Certificado

Obrigatório cadastro e registro biométrico facial para controle de frequência. Emissão de certificado com carga horária cursada conforme registro de presença por biometria facial.

O participante receberá uma consultoria online pós curso gratuitamente, via WhatsApp, e-mail ou telefone, durante 30 dias sobre o tema do curso.

GESTÃO PÚBLICA BRASIL

 Rua Francisco Rocha, 176 - Batel - Curitiba/PR
 gestaopublicabrasil.com.br

 (41) 9 9786-5376
 gestaopublicabrasilcursos@gmail.com

Sobre a Gestão Pública Brasil

Registrada no Conselho Federal e no Conselho Regional de Administração do Estado do Paraná sobre o número 03267/CRA-PR.

Notória Especialidade Técnica publicada no Diário Oficial da União. Seção 3 ISSN 1677-7069 N° 95, em 22/05/2026, PÁG.173 Código Localizador: 05302026052200173.

Certidão disponível em nosso site:

↓ <https://gestaopublicabrasil.com.br/certidoes/>

Dados bancários

Banco Sicoob

Agência: 4340

Conta corrente: 191053-1

Chave pix: CNPJ

40.178.961/0001-05

GESTÃO PÚBLICA BRASIL

📍 Rua Francisco Rocha, 176 - Batel - Curitiba/PR
🌐 gestaopublicabrasil.com.br

📞 (41) 9 9786-5376
✉ gestaopublicabrasilcursos@gmail.com



GESTÃO PÚBLICA BRASIL

CONHECIMENTO QUE TRANSFORMA

Direitos autorais reservados à Gestão Pública Brasil LTDA

Obra protegida pela Lei nº 9.610/1998

GESTÃO PÚBLICA BRASIL

📍 Rua Francisco Rocha, 176 - Batel - Curitiba/PR
🌐 gestaopublicabrasil.com.br

📞 (41) 9 9786-5376
✉ gestaopublicabrasilcursos@gmail.com